

Lideranças indígenas no Rio Grande do Norte: organização e estratégias de lutas na relação com o Estado

Yuri Vasconcelos da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹

Resumo: Esse estudo investiga as diferentes formas de organização social de populações indígenas no Rio Grande do Norte e as estratégias utilizadas na mediação com o Estado. O objetivo foi conhecer a trajetória de vida de duas lideranças indígenas e analisar de que maneira a sua atuação alterou a relação com o Estado. A produção de dados foi realizada tanto a partir de entrevistas quanto também a partir de pesquisa etnográfica. Observou-se que na interlocução com o Estado as lideranças mobilizam elementos que se relacionam com formas de vida própria e com concepções de mundo, havendo o encontro entre a etnopolítica e a cosmopolítica.

Palavras-chave: etnicidade; lideranças indígenas; Estado.

SILVA, Yuri Vasconcelos da. **Lideranças indígenas no Rio Grande do Norte: organização e estratégias de lutas na relação com o Estado.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 121-136, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Indigenista Especializado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) desde 2010, atuando junto aos povos indígenas do Rio Grande do Norte desde o ano 2015.

Indigenous leaders in Rio Grande do Norte: organization and struggle strategies in the relationship with the State

Abstract: This study investigates the different forms of social organization of indigenous populations in RN and the strategies used in mediation with the State. The objective was to learn about the life trajectories of two indigenous leaders and analyze how their actions changed their relationship with the State. The data production was carried out both from interviews and also from ethnographic research. It was observed that in dialogue with the State, the leaders mobilize elements that relate to their own forms of life and conceptions of the world, with an encounter between ethnopolitics and cosmopolitics.

Keywords: ethnicity; indigenous leaders; State.

Líderes indígenas en Rio Grande do Norte: organización y estrategias de lucha en relación al Estado

Resumen: Éste estudio investiga las diferentes formas de organización social de las poblaciones indígenas en RN y las estrategias usadas en la mediación con el Estado. El objetivo fue conocer la trayectoria de vida de dos líderes indígenas y analizar cómo sus acciones cambiaron la relación con el Estado. La producción de datos se realizó tanto de entrevistas como la investigación etnográfica. Se observó que, en la interlocución con el Estado, los líderes movilizan elementos relacionados con sus propios modos de vida y con concepciones del mundo, con un encuentro entre etnopolítica y cosmopolítica.

Palabras clave: etnicidad; líderes indígenas; Estado.

O objetivo deste trabalho é conhecer a trajetória de vida e de luta de duas lideranças indígenas do estado do Rio Grande do Norte e analisar de que maneira a sua atuação alterou a relação de suas respectivas aldeias com as instâncias do Estado brasileiro. Como interlocutores da pesquisa participaram duas lideranças indígenas presentes nas mobilizações e lutas no estado potiguar: cacique Luiz Katu, da aldeia Katu, localizada nos municípios de Canguaretama e Goianinha, no litoral sul do estado; e cacica Francisca Bezerra, da aldeia Lagoa do Tapará, localizada nos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana da cidade de Natal.

Especificamente pretende-se investigar as diferentes formas de organização social e política dessas duas aldeias indígenas e as estratégias utilizadas na mediação com o Estado. Esse trabalho pretende demonstrar que na interlocução das lideranças indígenas, representando coletividades étnicas, com as instâncias do Estado ocorre o encontro entre a etnopolítica e a cosmopolítica, em um lugar comum de enunciação.

Observa-se que as duas aldeias estão localizadas em um estado em que a historiografia oficial apontou a extinção por completo das populações indígenas. Segundo Silva (2007), toda uma geração de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) – dentre os quais, Luís da Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros e Vicente Lemos Medeiros – convergem em uma narrativa de desaparecimento desses agrupamentos étnicos, acarretando um quadro de grave invisibilização histórica por parte do Estado. O processo de emergência étnica na região, datado a partir do início do século XXI, demonstra que a luta das populações indígenas, para ter sua identidade étnica reconhecida e a garantia de políticas públicas diferenciadas e específicas em seus territórios tradicionais, é ainda bastante árdua.

A elaboração deste trabalho ocorreu a partir de diferentes caminhos metodológicos, a começar pelas observações realizadas na aldeia Katu como parte da minha pesquisa de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A produção de dados também contou com entrevistas com Luiz Katu e Francisca Bezerra, conhecendo um pouco mais as especificidades de suas trajetórias de vida e de luta, bem como de suas respectivas comunidades. Por fim, subsidiou esse trabalho a minha vivência junto aos povos indígenas do estado do Rio Grande do Norte e a existência de um longo período de diálogos com as lideranças indígenas, proporcionado tanto pela atuação profissional na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), quanto também pelo compromisso militante de apoiar as lutas indígenas.

Populações indígenas no Rio Grande do Norte

A produção de pesquisas sobre os povos indígenas do Nordeste começou a se intensificar apenas no final dos anos 1990 e início do século XXI, tanto em função da expansão das universidades e suas graduações e pós-graduações, quanto também em função da mudança de foco temático das pesquisas sobre as populações

indígenas, deixando de ser enfatizada a “etnologia das perdas”, isto é, os estudos mais restritos sobre o que esses povos foram no passado, e priorizando as investigações acerca as problemáticas decorrentes dos processos de emergência étnica (OLIVEIRA, 2016; CARVALHO e REESINK, 2018).

Esse aumento de produção acadêmica foi importante para se opor à ideia da inexistência dos povos indígenas da região Nordeste, bem como analisar as especificidades e heterogeneidade dessas populações, rompendo com uma lógica de definição das populações indígenas da região Nordeste como uma unidade. Segundo João Pacheco de Oliveira (2016: 199): “A unidade dos ‘índios do Nordeste’ é dada não por suas instituições, nem por sua história, ou por sua conexão com o meio ambiente, mas por pertencerem ao Nordeste, como conglomerado histórico e geográfico”. Desconsidera-se, portanto, as especificidades da histórica, dos costumes e da organização social dos diferentes grupos étnicos da região.

O processo histórico de miscigenação na região Nordeste (OLIVEIRA, 2016) faz com que até os dias atuais os indígenas da região sofram com o preconceito e a deslegitimação enquanto grupos étnicos, não sendo descritos como “indígenas”, mas sim como “descendentes” ou “remanescentes”. Ou, em casos mais graves, são acusados de mentir para serem beneficiados com políticas públicas específicas. Em todas essas conotações está presente uma lógica de negação da identidade étnica dessas populações (CARVALHO e REESINK, 2018). Essa negação da identidade étnica também esteve presente na atuação do Órgão Indigenista do Estado brasileiro. Tanto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quanto a Funai relegaram a atuação junto às populações indígenas da região, uma vez que não as reconheciam enquanto etnicamente diferenciadas, tendo em vista os processos de miscigenação ocorridos ao longo da colonização (LIMA, 1992; OLIVEIRA, 2016).

Apesar do histórico de violência contra os povos indígenas e a vigência de um forte preconceito contra essas populações no Nordeste brasileiro, observa-se um movimento de emergência étnica na região desde a década de 1980, com o aparecimento de reivindicações de grupos étnicos em localidades onde anteriormente não se registrava mais, de forma oficial, a existência de indígenas. Junto ao processo de afirmação étnica crescem também as reivindicações de direitos sobre os territórios caracterizados como tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas da região (CAVIGNAC, 2003).

Mesmo que um pouco mais tardiamente em comparações com outras localidades na região Nordeste, observa-se também no Rio Grande do Norte um processo de emergência étnica no início do século XXI. Conforme relata Cavignac (2003), as elites locais buscaram apagar as especificidades étnicas ao longo dos séculos, chegando a declarar a extinção total das populações indígenas no estado, ocorrendo, como consequência, o confisco de seus territórios. No entanto, longe de serem extintos, esses povos construíram vários mecanismos de resistência e sobrevivência, muitas vezes silenciando a sua identidade étnica sob riscos de novas represálias.

O movimento indígena no estado principiou um processo de reorganização coletiva no início dos anos 2000, articulando uma rede de contato entre lideranças de três aldeias indígenas – Mendonça do Amarelão (localizada no município de João Câmara), Caboclos de Assú (localizada no município de Assú) e Katu –, que iniciaram um processo de luta pelo reconhecimento da identidade étnica, culminando na realização, no ano de 2005, de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, momento simbolizado pela entrega de documentos às instâncias governamentais reivindicando os direitos sociais e territori-

ais da população indígena. A partir desse momento, ocorre um gradual fortalecimento dos povos indígenas do Rio Grande do Norte, somando-se à luta outras comunidades indígenas espalhadas pelo estado potiguar, como a aldeia Lagoa do Tapará. Segundo informações das representações indígenas, atualmente são 19 (dezenove) aldeias e comunidades indígenas no estado, além da presença, desde o final do ano 2019, de indígenas venezuelanos da etnia Warao, que estão residindo nas cidades de Natal e Mossoró.

Trajetória de vida e de luta das lideranças indígenas

Luiz Katu é cacique do povo Potiguara Katu, estando na posição de liderança indígena da comunidade desde o ano 2005. Filho da união do Seu Chão² e da Dona Maria de Chão, é o mais velho de um total de sete filhos, estando hoje com 47 anos. Casado, é pai de cinco filhos, sendo três homens e duas mulheres. Possui uma trajetória curiosa e diversificada em relação às suas profissões e afazeres para geração de renda, já tendo atuado como cortador de cana de açúcar, mecânico de bicicletas, dirigente da Igreja Assembleia de Deus e lutador de karatê, além de sempre ter realizado atividades de agricultura no âmbito do seu grupo familiar. Possui formação em pedagogia, atuando desde 1996 como professor nas escolas indígenas do território Potiguara Katu.

Francisca Bezerra é cacica do povo Tapuia-Tarairiús da aldeia Lagoa do Tapará, estando na posição de liderança indígena da comunidade desde o ano 2009. Atualmente com 52 anos, Francisca é mãe de um rapaz e avó de duas crianças, uma menina e um menino. O seu engajamento político ocorreu ainda bastante nova, iniciando a sua participação na organização de Lagoa do Tapará desde a criação do Conselho Comunitário no ano de 1990, acompanhando o seu pai e a sua mãe nas reuniões e discussões entre os seus membros. Em 2004 ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT), já tendo sido candidata à vereadora em quatro eleições municipais. Atualmente é coordenadora da microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) no estado do Rio Grande do Norte. Desde os seus 18 anos é professora da rede municipal de Macaíba (RN), já tendo atuado em diversas escolas na região. Apesar do trabalho docente, também é agricultura, nunca se desvinculando da sua relação com a terra.

Um elemento de convergência na história de ambas as lideranças é a dificuldade de terra em seus territórios tradicionais. O cacique Luiz aponta que as famílias Potiguaras Katu ocupavam toda a extensão do rio Katu, que desagua no antigo aldeamento Igramació, onde hoje é o município de Vila Flor (RN). Tendo em vista as constantes perseguições, os indígenas Potiguaras foram recuando até a localidade em que residem hoje, onde ficam as nascentes do rio Katu. Já a cacica Francisca Bezerra conta que o seu local de nascimento foi na comunidade do “Bebo”, sendo este o local de origem de grande parte das famílias indígenas de Lagoa do Tapará. No entanto, a cacica relata que, no início da década de 1970, todas as famílias foram saindo da comunidade e indo para as áreas circunvizinhas, chegando ao momento de restar apenas a sua família na região, que, posteriormente, em 1975, também se retirou. Nesta mobilidade de sua família, a cacica Francisca registra o sentimento de perseguição que o seu pai sentia:

Às vezes eu nem entendia, achava que era coisa da cabeça dele. Mas eu entendo, porque assim... como foi que a família, que as famílias todas sumiram? Todas saíram do

² O nome do pai do cacique Luiz é Manoel Laudislau Soares. No entanto, é conhecido por todos como Seu Chão.

Bebo, em retirada e vindo pra cá. Qual foi a forma que eles foram...que eles usaram...pra que as famílias todinhas saíssem de lá, abandonassem? Vieram todo mundo pra cá. Boa parte foi pra Lagoa do Mato, outras foram pra Ladeira Grande. Outras vieram pra cá e assim... saíram. Então lá hoje o espaço é só cana. E tinha os açudes. Era onde a gente pescava, que era lá no açude. Mesmo aqui, a gente ia lá pro Bebo pra pegar peixe. Também fazer a caça, que era onde tinha a mata. E até então eles colocaram uns pistoleiros e deram ordem pra quem visse lá dentro das terras, era pra atirar. Então a partir daí a gente se recusou a voltar lá pra ficar fazendo essas atividades. (Francisca Bezerra, aldeia Lagoa do Tapar, 04 de fevereiro de 2023. Entrevista concedida ao autor)³

A fala de Francisca deixa notório não somente as violências contra os povos originários, mas também o esbulho de suas terras e dos recursos naturais ali existentes. As localidades citadas por Francisca são onde hoje estão situadas as três comunidades do povo indígena Tapuia-Tairaiú: Tapar, Ladeira Grande e Lagoa do Mato, sendo todas constituídas de familiares do mesmo tronco. Se, em um primeiro momento a cacica não compreendia o medo do pai, em outro momento, com o seu próprio processo de formação enquanto liderança indígena e os embates que têm travado contra forças contrárias aos seus direitos, passou a entender o que se passava naquele momento, se configurando como uma forma de aprendizado que passa pelas memórias da infância.

Constantemente acuados e perseguidos, muitas vezes a estratégia de sobrevivência dessas populações foi manter em segredo a sua identidade étnica, sendo este também um elemento comum em meus interlocutores. Francisca relata que, quando passou a frequentar a escola, aos sete anos, começou a se questionar acerca a sua identidade étnica, pois surgiam comentários de que ela era indígena. Em sua análise, esses comentários partiam em função de suas características fenotípicas – olhos puxados e cabelos pretos e lisos –, uma vez que correspondia ao imaginário do senso comum construído sobre os indígenas. Apenas quando estava na adolescência, entre 12 e 15 anos, é que o seu pai afirmou que a família era de origem indígena, explicando que não falou antes pelo medo das perseguições.

Apesar de passar a entender a sua origem étnica, o receio de represálias fez com que somente em 2009 ela iniciasse um movimento étnico em Lagoa do Tapar, realizando, em conjunto com a sua irmã Zuleide Bezerra, uma pesquisa dentro da comunidade sobre a identidade étnica das famílias e iniciando a organização do movimento indígena local. A primeira aparição pública de Francisca enquanto indígena viria a ocorrer somente no ano 2011, durante uma conferência de segurança alimentar, quando a organização do evento perguntou se existiam indígenas na localidade.

Quando foi em 2011, numa conferência de segurança alimentar, que estava havendo essa conferência, e aí quando perguntaram: “mas aqui no estado tem indígena?” E aí eu fiquei: “agora eu levanto a mão ou não levanto? Levanto ou não levanto?” Zuleide disse: “levanta a tua mão”. Eu digo: “por que tu não levanta também? Tu não é minha irmã?”. Aí eu fui e levantei a minha mão. Pronto..falaram: “então você quer sair como delegada, enquanto indígena, representando aí os indígenas da sua comunidade?” Eu disse: “quero”. Aí fui e aceitei. (Francisca Bezerra, aspas dela)

Interessante observar que, apesar de já estar em um processo de organização étnica no interior da sua comunidade, Francisca ainda se mostrou receosa em assumir a sua identidade publicamente, talvez pelas memórias de perseguições que a acompanharam durante toda a vida. Também cabe observar que na hora de

³ Entrevista concedida pela cacica Francisca Bezerra no dia 04 de fevereiro em 2023. Todas as falas da cacica Francisca citadas nesse trabalho provêm dessa mesma entrevista, realizada no espaço da horta coletiva da aldeia Lagoa do Tapar.

definir se levantariam a mão ou não, a responsabilidade coube apenas a Francisca, talvez em função de possuir a fisionomia mais próxima daquele senso comum que constrói o estereótipo acerca o indígena.

Francisca levantou a mão e acabou saindo como delegada para a etapa estadual representando a população indígena e, posteriormente, delegada para a etapa nacional. Segundo a mesma, foi tudo muito rápido, sendo caracterizado como “obra dos ancestrais”. Também foi a partir de sua participação na conferência que Francisca passou a ter contato e a interagir com as demais populações indígenas no estado potiguar. É nesse processo que passa a se configurar como uma liderança indígena na aldeia de Tapará, embora a sua atuação política seja anterior, a partir do seu ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT), em 2004. Segundo a mesma, o ingresso no PT foi o início de sua liderança dentro da comunidade, bem como a sua participação no Conselho Comunitário de Lagoa do Tapará, uma vez que já assumiu diversas funções no mesmo, como tesoureira, secretária e presidente. Por fim, a constituição enquanto cacica ocorreu de forma mais recente (três anos), em uma reunião da comunidade, onde houve a sua nomeação.

Já o cacique Luiz Katu, quando questionado sobre o processo de autorreconhecimento étnico, afirmou que este sempre existiu em seu grupo familiar, não havendo um ocultamento da identidade indígena. Entretanto, apesar de haver o autorreconhecimento, isso não era tornado público.

O que acontece? Até certo momento, até certo período agora recente, pai não entendia porque a gente tinha que falar que era indígena, não. Entendeu? A gente tinha a memória, mas por que falar isso pro mundo? Por que agora tem que estar espalhando isso pro mundo? O que me fez fazer isso, foi quando eu tive contato com algumas pessoas, inclusive na escola. Eu fui ler, no primeiro grau e o magistério foi mais forte, que a gente não existia. Isso foi uma provocação no magistério pra mim. “Rio Grande do Norte e Piauí não tem indígena”. Isso pra mim foi...e aí juntou isso, eu já tava fazendo esse questionamento dentro do magistério, da sala de aula, nos trabalhos, então na minha apresentação eu comecei a tocar nesses assuntos e nesse período de 2000 e 2002 foi bem decisivo pra mim. (Luiz Katu, aldeia Katu, 05 de fevereiro de 2023. Aspas dele. Entrevista concedida ao autor)⁴

Entende-se que a preocupação do pai de Luiz – o Seu Chão – era também relacionada ao medo de represálias contra os povos originários. Toda a violência da colonização e o extermínio sistemático das populações indígenas fez com que o medo se constituísse em uma categoria intrínseca na história dos povos indígenas em nosso país, fazendo com que muitas populações omitissem a sua verdadeira identidade, para proteger a vida. No entanto, diante das constantes narrativas de apagamento étnico no estado do Rio Grande do Norte, o cacique Luiz se sentiu provocado a combater essa invisibilização, iniciando um processo de luta para o reconhecimento da população indígena do Katu e reavivando elementos de indianidade.

Foi a partir desse envolvimento com as questões de reconhecimento étnico que Luiz Katu se configura como uma liderança. Esse processo inicialmente ocorreu através de sua participação no intercâmbio com os Potiguara na Paraíba, cujo objetivo era estreitar os laços do grupo Potiguara. Porém, o momento marcante foi durante a audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do

⁴ Entrevista concedida pelo cacique Luiz Katu no dia 05 de fevereiro de 2023. Além dessa entrevista, foram realizadas outras duas, sendo a segunda no dia 06 de fevereiro de 2023 e a terceira no dia 10 de fevereiro de 2023. As duas primeiras foram realizadas no Espaço Potiguara Katu, enquanto a terceira entrevista ocorreu na Escola Municipal Indígena Alfredo Lima, localizada no território indígena.

Norte, no ano 2005, sendo considerado o momento do “nascimento” do cacique Luiz Katu:

Foi aí que nasceu o cacique, um cara que, com peito para representar mesmo. Não só falar que sou indígena. Foi a partir daí. Porque houve um momento inicial para a gente entrar na Assembleia Legislativa, que não queria deixar entrar porque a gente estava de bermuda, de camiseta, não estava a rigor. E lá eu já tomei uma posição de liderança. Eu não entrei, seguindo meus parentes. Foi o primeiro momento que eu já fiz ali. Depois que a gente entrou lá, as falas eram que a gente era miscigenado, era que a gente não atendia as demandas...o governo do estado não reconhecia porque não estava aldeado. Aí eu estava lá atrás e fervendo por dentro com aquelas falas, porque eles não nos reconheciam. Pedi a fala e não me deram a fala. Mas no final eles abriram. Foi lá que eu peguei o microfone, aí falei sobre isso e disse que antes de falarem qualquer coisa, precisavam vir no Katu. Perguntei se eles já tinham vindo no Katu para poder tomar essa posição. Então eu fiz esse desafio. E pronto. A partir dali eu não fui mais olhado como um indígena, simplesmente um indígena da aldeia Katu. Toda e qualquer ação aqui na comunidade os parentes já me chamavam para participar. Eu comecei a acompanhar as ações fora também. Aí eu participei de conferências, eu participei de assembleias, eu fui para a Olinda, para a Assembleia Geral da Aпойme. Primeira vez que um indígena do Rio Grande do Norte participou de uma assembleia geral da Aпойme. (Luiz Katu)

A fala do cacique Luiz retrata a negação da forma própria de vida indígena pelas estruturas do Estado brasileiro, tendo em vista que os indígenas foram barrados na entrada da Assembleia Legislativa por não estarem com vestimenta considerada adequada para aquele local. Ou seja, um espaço que é considerado como “a casa do povo” determina uma forma homogeneizadora de vestimenta que desconsidera as especificidades dos diversos segmentos sociais que compõem a população do estado potiguar. A fala de Luiz também demonstra a negação dos parlamentares quanto a identidade étnica daquelas populações, tendo como base uma exigência de características físicas e de residência, que ignora o histórico de violência contra os povos originários no país. Foi a partir dessas fortes e potentes intervenções que o cacique Luiz passa a ser referenciado, tanto internamente em sua comunidade quanto pelos agentes externos (instâncias governamentais e pesquisadores das Universidades), enquanto liderança do povo Potiguara Katu.

Interessante observar que o processo de formação das lideranças Francisca Bezerra e Luiz Katu não ocorrem por processos formais de constituição de representações, havendo uma negação dos chamados determinismos políticos (STENGER, 2018). A cacica Francisca aponta que a sua liderança indígena foi estabelecida a partir da força da ancestralidade, que a guiou no momento de aparecimento público e interação com outras comunidades indígenas. Por sua vez, o cacique Luiz registra o momento em que “nasceu” o cacique, não sendo um processo de constituição mediante uma preparação anterior, mas sim a partir dos momentos de luta vivenciados e a coragem interior para fazer o enfrentamento contra aqueles que negam a existência e a resistência indígena. Conforme analisa o antropólogo Leandro Durazzo em seu estudo sobre os Tuxá na Bahia, esses elementos fazem parte da ciência indígena, sendo esta caracterizada como um nível sociocosmológico e ritual que permite a comunicação da esfera religiosa com os mestres encantados (DURAZZO, 2019). Esses elementos são apontados pelos meus interlocutores como centrais em sua composição enquanto lideranças indígenas.

Organização social e políticas das populações indígenas

Conforme informações dos meus interlocutores, antes do processo de emergência étnica, as aldeias Katu e Lagoa do Tapará eram vistas como comunidades de agricultores e não como aldeias indígenas. Em ambas as aldeias sobressaíam

atividades como a caça, a pesca, a coleta de mangaba e os plantios de mandioca, macaxeira e batata. Esses plantios eram utilizados tanto para a alimentação quanto também para a comercialização nas feiras das cidades.

Com a não garantia do direito territorial, essas atividades foram sendo prejudicadas e algumas inviabilizadas. Na aldeia Katu, o monocultivo de cana de açúcar causou (e causa) um desmatamento enorme, reduzindo drasticamente as áreas de caça e coleta de mangaba. Já em Tapará foi muito comum as famílias indígenas trabalharem em regime “de meia” com os novos donos de terra. Esse regime consistia na liberação da área para o trabalho na agricultura, desde que a metade do plantio ficasse sob posse do suposto dono da área. Essas situações fizeram com que várias famílias indígenas saíssem para outras cidades – como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro -, na tentativa de conseguir melhores condições de vida. Infelizmente essa realidade de deslocamento forçado é atual, tendo em vista que muitos grupos familiares, em especial da aldeia Katu, têm se mudado – principalmente para o estado de Santa Catarina -, dada a ausência do direito territorial na localidade.

Segundo conta o cacique Luiz, o reconhecimento étnico da aldeia Katu é algo ainda recente, inclusive para as pessoas da própria comunidade. De acordo com o cacique, as pessoas da cidade sempre tiveram conhecimento da existência de indígenas na aldeia Katu, referindo-se à população como “caboclos”. Entretanto, a negação da identidade ocorria pelas próprias pessoas do Katu, em função do medo e do perigo que representava revelar a sua identidade étnica.

Aquela questão do apagamento foi tão forte. Eu reporto isso, viu? Essa questão da omissão da identidade aqui dentro da aldeia...um decreto de morte mesmo. Que eles sentiam sim...os nossos antepassados sentiram isso...depois de 1645, o que aconteceu em Cunhaú⁵. Ali, a gente tem relatos de que era algo extremamente perigoso você se reportar ou fazer referência a ser indígena. Porque foram os indígenas que mataram os colonos dentro da capelinha. Então esses indígenas eram demônios. Quem queria ser demônio? Quem queria ser excomungado pela igreja? Porque era a igreja que propagou e que justificou que podia caçar indígenas, porque eles mataram fiéis, mataram inclusive o padre. Quem atentava contra um padre naquele período? Aí imagine você viver aqui em Igramació até a cabeça do rio Katu dizendo que era indígena, que pertencia àquele povo que assassinou? Aí o grande apagamento da palavra, ou seja, potiguara ou qualquer outra etnia aqui nesse território. Foi um território de apagamento mesmo. (Luiz Katu)

Na leitura do cacique Luiz, o medo da afirmação da identidade étnica na aldeia tem a sua origem relacionada às mortes ocorridas em Cunhaú, episódio para o qual a Igreja Católica criou uma narrativa de selvageria que se tornou hegemônica na região. Segundo essa versão da história, os indígenas eram selvagens, violentos e sanguinários. Dita narrativa perpetuou-se, os mortos foram oficialmente caracterizados como mártires, beatificados pelo Papa João Paulo II em 05 de março de 2000 e canonizados pelo Papa Francisco em 15 de outubro de 2017. Também perdurou o preconceito e a estereotipação negativa em relação aos indígenas, fazendo com que a revelação de sua identidade fosse vista como algo perigoso não apenas naquela época.

Além dos desdobramentos ameaçadores da narrativa oficial sobre o massacre de Cunhaú, o cacique Luiz pontua outra fonte determinante para a omissão da identidade indígena por parte das famílias na aldeia Katu. Segundo ele, durante o processo de emergência étnica no estado potiguara no início do século XXI, foi

⁵ Referência ao Massacre de Cunhaú, ocorrido na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho de Cunhaú, em Canguaretama (RN), quando fiéis foram assassinados por forças holandesas, que contavam com o apoio de indígenas da região.

realizado um abaixo-assinado na comunidade para defender a demarcação territorial. Porém, muita gente não assinou por medo da pressão dos fazendeiros da região, que ameaçavam quem se dispusesse a assinar o documento. Portanto, não há apenas uma narrativa dominante propagandeada pela Igreja Católica que caracterizava os indígenas como seres horrendos, mas também uma forte atuação das oligarquias rurais na disputa territorial da região que teve papel importante na omissão da identidade étnica na aldeia Katu.

Na aldeia Lagoa do Tapará é ainda mais recente o processo de reconhecimento étnico, sendo datado a partir do ano 2009, quando a cacica Francisca Bezerra, junto com a sua irmã Zuleide Bezerra, deu início a uma organização comunitária em torno da identidade, realizando uma pesquisa interna com diálogos com os mais velhos, em um mecanismo de resgatar e reavivar a memória étnica da população. Francisca conta que foi a partir do envolvimento com o movimento indígena em nível estadual, a partir de 2012, que uma organização especificamente indígena começou a ser refletida em Tapará. A aldeia passa a ter, de forma articulada, a organização comunitária em torno do Conselho Comunitário e a figura de liderança indígena, centrada em Francisca. Segundo a cacica, essas duas formas de organização são interligadas, estando o Conselho mais voltado para as ações internas da comunidade e o cacicado responsável em fazer a mediação com as instâncias governamentais para buscar o atendimento das demandas da população indígena.

Na aldeia Katu, o cacique Luiz expressa que antes do levante étnico no começo do século XXI, a representação da comunidade era exercida por pessoas de fora, que, com a postura de realizar pequenos auxílios aos indígenas, mediavam o acesso de fazendeiros nas terras do território. No processo de emergência étnica, antes da constituição do cacique Luiz Katu, se destacaram algumas lideranças indígenas na aldeia, que realizaram o importante trabalho de construção de vínculos com os Potiguaras na Paraíba, bem como nas articulações iniciais para a organização do movimento indígena no estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente, a organização dos/das indígenas na aldeia Katu ocorre, fundamentalmente, a partir do cacicado, que, segundo Luiz, constitui uma luta do bem comum, representando a totalidade do povo Potiguara Katu, sem estar restrito a uma lógica político-administrativa em relação aos municípios. O cacicado é responsável por encampar as principais lutas da população indígena, como a demarcação do território indígena e as políticas específicas e diferenciadas. Por outro lado, existe também outras formas de organização social na localidade, como as duas Associações de moradores, sendo uma do município de Canguaretama e outra do município de Goianinha. As Associações são circunscritas ao universo do respectivo município, o que levanta a hipótese de ser uma estratégia para estreitar as relações com o poder público municipal, com o objetivo de consolidação de políticas públicas em suas respectivas localidades.

Alguns indígenas, tanto do Katu quanto de Lagoa do Tapará, também têm buscado participar mais efetivamente da política parlamentar dos municípios, sendo constante a sua presença nos processos eleitorais. Esse conjunto de formas de organização indica, por um lado, o fortalecimento do movimento indígena a partir de sua identidade étnica e, por outro, a perspectiva de ocupar todos os espaços políticos e institucionais para dar visibilidade às suas demandas e reivindicações. Nesse sentido, são constantes as mediações entre os/as indígenas e as estruturas do Estado brasileiro para a garantia dos seus direitos étnicos em seus territórios tradicionais.

A relação e as estratégias utilizadas pelas populações indígenas na mediação com o Estado – encontro da etnopolítica e a cosmopolítica

Segundo a cacica Francisca, antes do processo de emergência étnica, a aldeia Lagoa do Tapará não possuía relações estabelecidas com os poderes políticos governamentais. Nesse período, as chamadas lideranças locais eram entendidas apenas como “cabos eleitorais”, aparecendo somente em tempos de eleições parlamentares, mas sem possuir um trabalho efetivo com o conjunto da comunidade. Foi a partir do levante étnico que as representações da aldeia Tapará começaram a cobrar, de maneira incisiva, políticas públicas específicas para a localidade, abrindo uma série de tentativas de diálogos com as instâncias estatais.

Apesar do estabelecimento de espaços de mediação com o poder público, a experiência tem sido desafiadora e desgastante para as lideranças indígenas. O preconceito e a discriminação continuam presentes, ocorrendo frequentemente a acusação de “invenção de índios” nas localidades. Francisca relata que somente a partir da presença de outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e também de achados arqueológicos⁶, é que os poderes municipais começaram a construir uma outra visão sobre a população de Lagoa do Tapará.

Porém, essa outra visão apenas mascara a existência do preconceito, que está enraizado nas estruturas do Estado brasileiro em suas relações com os povos originários. A cacica dá um exemplo bastante claro desse enraizamento, quando afirma que no ano 2020 teve um breve contato com um representante do poder público local e ouviu do mesmo o seguinte questionamento: “lá tem índio mesmo ou só tem índio de benefício?”. Esse exemplo escancara a atualidade do preconceito e da negação da identidade étnica das populações indígenas no estado do Rio Grande do Norte.

Na aldeia Katu, essa realidade não é diferente. Em sua experiência como gestor da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, localizada no território indígena, o cacique Luiz aponta que teve diversos momentos de diálogos e de enfrentamentos com as sucessivas secretárias de educação da cidade de Canguaretama. Em defesa de uma educação escolar indígena, Luiz aponta que teve que fazer embates diretos com o poder municipal, uma vez que, não poucas vezes, houve tentativas de substituição do quadro de professores indígenas por indicações políticas. Luiz recorda que uma das secretárias apresentou diversas propostas que não se relacionavam com o contexto de uma educação específica e diferenciada. Questionada pelo cacique, a secretária retrucou, apontando que “aqueles índios não eram de verdade”.

Além da negação da identidade étnica, a postura dos poderes públicos municipais é de construir as políticas nos territórios indígenas sem a realização de uma consulta prévia junto às comunidades, conforme preceitua a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011). A indicação de pessoas estranhas à comunidade para cargos de gestor das escolas indígenas é um exemplo comum em ambas as aldeias, sendo levantada a bandeira da gestão democrática nas escolas e o respeito à Convenção 169, devendo esses cargos serem definidos

⁶ Francisca relata que foram feitos dois achados arqueológicos no território indígena, no âmbito do município de Macaíba/RN. Um desses achados é uma urna funerária. Segundo a cacica, esses achados foram levados para estudos, mas até hoje sem retorno para a aldeia de Tapará.

pelas próprias populações indígenas e não de uma maneira verticalizada e autoritária pelos poderes municipais.

Esse distanciamento das estruturas do Estado em nível municipal é comum também em relação às instâncias governamentais em âmbito estadual. Somente a partir do governo de Fátima Bezerra (eleita em 2018 e reeleita em 2022) é que foram construídas redes de diálogo e parceria com as representações políticas das aldeias de Tapará e do Katu. Apesar disso, o cacique Luiz pondera que não são todas as instâncias do poder estadual que compreendem e respeitam os direitos indígenas, existindo entraves na mediação das lideranças indígenas com alguns setores da governamentalidade estadual.

Aquela narrativa que foi construída da inexistência de indígenas no estado é o que continua prevalecendo nessas instâncias do Estado. Ela é muito forte. É tão forte a ponto de governos assumirem e fazerem uma transição e quem assume ali é totalmente leigo. Veja bem a que ponto está: A pessoa diz: “mas eu assumi a pasta agora. Eu assumi essa secretaria. Nem sabia que você existia”. Eu ainda escuto isso. Quer dizer, a gente sempre teve essa relação de negação. Hoje o Estado tem esse diálogo conosco. É uma abertura por causa da conjuntura política diferente. Tem um diálogo conosco. Mas a gente ainda sente que algumas secretarias não querem entender isso. Não pegaram os documentos anteriores. Começam a dialogar com a gente como se tivesse começado hoje. Como se a gente não tivesse uma luta anterior. Estamos engatinhando ainda. (Luiz Katu, aspas dele)

Já em relação ao Órgão Indigenista, ambas as lideranças apontam que, desde que a Funai se instalou no estado do Rio Grande do Norte, em 2011, a relação é considerada positiva, havendo respeito e seriedade nos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação Técnica Local da Funai em Natal – CTL Natal. Isso não significa dizer que não existam críticas em relação à agência indigenista, até porque é comum nas falas das lideranças indígenas os protestos em relação ao sucateamento do Órgão, à escassez de recursos para os projetos apresentados, bem como em relação a sua inoperância em avançar os processos demarcatórios no estado potiguar.

Frente a essas dificuldades na relação com as instâncias do Estado, as lideranças indígenas apontam uma série de estratégias que têm sido adotadas pelo movimento indígena na busca pelos seus direitos. O cacique Luiz registra que através das organizações coletivas, como a Apoinme/RN, o movimento indígena elabora documentos e encaminha ao Ministério Público Federal (MPF), nas situações em que não há o atendimento das demandas específicas dos povos indígenas pelos poderes públicos, em nível municipal, estadual ou federal. A cacica Francisca assinala que, quando as denúncias no MPF não surtem efeito, o movimento realiza protestos mais radicais, como o fechamento de rodovias, ocupação da Funai e atos políticos em frente a instituições do poder público.

Outra estratégia tem sido convidar os representantes dos poderes públicos para os espaços do movimento indígena, como seminários e assembleias, no sentido de oportunizar um diálogo mais franco e, inclusive, uma cobrança mais direta pelas políticas públicas diferenciadas às comunidades indígenas. Para além dos espaços do próprio movimento, Francisca também relata a realização de diálogos específicos, através de reuniões, com as instâncias do poder público que são sensíveis à causa indígena, buscando apresentar a realidade e as dificuldades indígenas para que as suas demandas sejam asseguradas. Por sua vez, o cacique Luiz aponta a realização de audiências públicas como uma estratégia nessa relação com o Estado, tanto para visibilizar as demandas indígenas quanto também para realizar um momento de maior pressão política para garantir os seus direitos. Ainda são ressaltadas as atividades que são realizadas dentro das próprias

comunidades, com mobilizações e formações sobre as temáticas que fazem parte das reivindicações indígenas.

São nessas lutas e estratégias de mediação com o Estado que a etnopolítica e a cosmopolítica se interseccionam, ocorrendo esse encontro de forma natural nas falas dos meus interlocutores, demonstrando o caráter inseparável dessas proposições, não sendo possível realizar a sua distinção (STENGERS, 2018). Segundo o cacique Luiz: “Essa mediação junto aos poderes públicos nunca pode estar, e nem vai estar, desvinculada da nossa vida indígena, da nossa vida milenar, da nossa prática milenar, do nosso fazer tradicional”.

Luiz registra que o povo Potiguara Katu preza muito pela força dos encantados, do Pai Tupã e da Mãe Terra, tanto que essa força está sempre presente nas mediações com as instâncias do Estado. O cacique expressa que sempre que a aldeia se organiza para realizar algum diálogo ou cobrança junto aos poderes públicos, antes é solicitada a licença e a benção dos encantados e a energia da Mãe Terra. Luiz registra que os encantados, para os Potiguara Katu, são os protetores da Mãe Terra. Eles protegem os elementos que compõem a vida na Terra: a água, o fogo, a terra e o ar, se configurando como fundamentais para o equilíbrio da vida na terra.

É também com o poder dos encantados que Mucunã (João Paulo) – indígena e aprendiz de pajé na aldeia Katu – realiza rituais de cura com pessoas tanto da própria aldeia quanto também com pessoas externas que o procuram para realizar um “descarrego”. Em janeiro de 2023 perguntei a Mucunã o que era o “descarrego”, e ele me explicou que era um ritual de cura. Ele leva as pessoas que o procuram para a Oca da aldeia e no rio Katu realiza uma meditação para livrar as pessoas do mal que estivessem vivenciando. Apontou que esse trabalho às vezes o “derrubava”, pois consumia as suas energias e as negatividades que ele retirava das pessoas poderiam permanecer nele. Por outro lado, apontou que ele não faz esse trabalho sozinho, pois tem a companhia dos encantados para lhe dar forças e curar os males das pessoas que o procuram.

Por sua vez, a cacica Francisca aponta que os encantados estão presentes em todos os momentos da vida indígena. Em sua visão, os encantados seriam indígenas que, mesmo depois do seu processo de encantamento, continuam contribuindo para as lutas dos povos originários. Segundo a mesma:

Eu não dou um passo sem estar pedindo essa força e proteção aos nossos encantados, porque é por eles. Pelas crianças e por eles que deram as suas vidas. E aí a gente luta incansavelmente para tentar garantir os nossos direitos. Para que a luta deles aqui na terra não tenha sido em vão. Então é uma continuidade. (Francisca Bezerra)

Também é comum antes das ações dos povos indígenas com as instâncias do Estado a realização do ritual do Toré, em uma perspectiva de garantir proteção e força para as ações adotadas pelo movimento indígena. Segundo o cacique Luiz, a realização do Toré antes de qualquer espaço do movimento indígena é de fundamental importância, no sentido de abençoar aquele momento e garantir as energias necessárias para a continuidade das lutas. Para Luiz, não é possível construir uma mediação com alguma instância do poder público sem a existências desses rituais, pois não se pode secundarizar as tradições e os costumes ancestrais indígenas.

Na interlocução com as instâncias do Estado as lideranças mobilizam elementos que se relacionam com formas de vida própria e com concepções de mundo, natureza e na relação com os encantados, demonstrando que tais aspectos não são utilizados apenas nas relações internas da vida indígena, mas também

na interlocução pública com o Estado, havendo o encontro entre a etnopolítica e a cosmopolítica, em um lugar comum de enunciação.

Considerações finais: atuação das lideranças indígenas e a alteração na relação como Estado

Analisando as suas atuações políticas enquanto lideranças indígenas e as alterações junto às instâncias do Estado, os interlocutores dessa pesquisa refletem em duas direções, sendo uma na postura dos poderes públicos em relação aos povos indígenas e outra no fortalecimento da autonomia da própria comunidade na mediação com o Estado.

A cacica Francisca entende que a sua atuação, em conjunto com a população indígena Tapuia-Tarairiú, alterou, de maneira positiva, a relação da aldeia Lagoa do Tapará com algumas instâncias do poder público. É registrado que a cacica é convidada para estar presente nos eventos e com participação nas mesas de discussão, sendo um elemento importante para garantir o protagonismo indígena, além de ser ressaltado o aspecto da valorização das representações indígenas nesses momentos. Por outro lado, não são todas as mediações consideradas positivas, tendo em vista que com algumas instâncias governamentais a relação não se alterou, sendo mantido o desrespeito, a não valorização, o não reconhecimento da aldeia indígena e, em específico, de sua liderança. Na visão do professor Souza Lima (2021), essas posturas conservadoras correspondem às chamadas “tradições coloniais”, que servem para a manutenção das hierarquias sociais e a perpetuação da desigualdade.

Por sua vez, o cacique Luiz considera que a sua atuação enquanto liderança indígena provocou um outro olhar do povo Potiguara Katu sobre as formas possíveis de lutar por políticas públicas efetiva, que atendam o conjunto da comunidade e não apenas determinadas pessoas. Luiz aponta que antes da organização étnica da aldeia Katu, especificamente até o ano 2005, toda ação desenvolvida pelos poderes públicos na comunidade era mediante barganhas políticas. As ações eram realizadas como se fossem “favores” das instâncias do Estado na aldeia indígena e não como um direito assegurado da população. Dessa forma, a sua atuação política é considerada como importante para assegurar a autonomia do povo indígena frente às instâncias estatais.

Apesar de entenderem que o movimento indígena tem se fortalecido e garantido maiores espaços de mediação com as instâncias do Estado brasileiro, as lideranças indígenas apontam que ainda são imensos os desafios para que os seus direitos sejam assegurados. Um desses desafios, assegura o cacique Luiz, é garantir a autonomia e o protagonismo do movimento indígena na definição das políticas públicas em seus territórios tradicionais. De acordo com Luiz, ainda existem muitas pessoas não indígenas que querem representar os povos originários, como se estes não tivessem capacidade de se autorrepresentar perante os poderes políticos. Ao invés de contribuir com o movimento indígena, essas pessoas acabam reproduzindo uma lógica de tutela que vigorou durante séculos em nosso país. A professora Adriana Facina (2021), recuperando análise de Souza Lima, aponta que o fazer estatal tutelar representa uma perpetuação e uma atualização constante da colonização sobre as populações subalternizadas.

Outro desafio apontado pelas lideranças é que as instâncias governamentais se apropriem e respeitem as legislações indígenas, tanto nacionais quanto internacionais. De acordo com o cacique Luiz Katu:

É um desafio a aplicação e a chegada do conhecimento da legislação indígena em espaços que devem estar. As pessoas desconhecem muito. Para a gente começar a falar dos nossos direitos, primeiro a gente tem que dar uma aula sobre eles. Então, isso para mim é muito difícil. Como militante, como indígena que defende a demarcação do território, quando vai falar de demarcação, primeiro eu tenho que fazer o outro compreender o que é essa demarcação. E ele está em uma posição muitas vezes institucional que era para compreender isso. (Luiz Katu)

Para além dessas dificuldades, Francisca também afirma o desafio de ser uma cacica, sendo muitas vezes atacada com tentativas de desqualificá-la enquanto representante de um povo indígena. Para ela, o preconceito ainda é muito forte, sendo o principal desafio colocado para o conjunto dos povos indígenas no estado potiguar.

Para mim, os perrengues mesmo, e as dificuldades que uma cacica mulher enfrenta, é sempre o preconceito. De vários sentidos, né? Que eles costumam realmente não querer acreditar, de achar que a gente está inventando, de achar que a gente está criando. E um dos maiores desafios que eu acredito que está relacionado a tudo isso, a ser cacica e estar na frente, são as perseguições. Recentemente, na campanha política, eu passei por ameaças, não foi fácil. Eu não acredito também que com a terra demarcada isso tudo vai ser resolvido, porque não vai. Mas eu rezo e peço pelos meus ancestrais que sempre estejam ali, que amparem a nossa comunidade, amparem os guerreiros e as guerreiras, para que nenhuma vida seja ceifada durante esse momento todinho de demarcação, como também de desintrusão...de tudo. (Francisca Bezerra)

Apesar desses desafios, as lideranças indígenas acreditam que a atual conjuntura política, materializada na vitória eleitoral do presidente Lula nas eleições 2022, pode fazer avançar a garantia de suas reivindicações junto ao Estado brasileiro. Mesmo com o tom otimista, as lideranças não abdicam da luta, enquanto principal ferramenta para a garantia do seu território tradicional, bem como a plenitude de seus direitos. Os séculos de experiência dos povos originários ensinam que na relação com o Estado não se pode baixar a guarda. É a luta, com autonomia e protagonismo, que pode assegurar os direitos e alterar a sistemática que foi construída na relação do Estado com os povos indígenas em nosso país e, mais especificamente, no estado do Rio Grande do Norte.

*Recebido em 23 de setembro de 2023.
Aceito em 20 de fevereiro de 2024.*

Referências

- CARVALHO, Maria do Rosário de; REESINK, Edwin Boudewijn. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 87 (3): 71-104, 2018.
- CAVIGNAC, Julie A. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. *Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 4 (8), 2003.
- DURAZZO, Leandro Marques. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabe*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.
- FACINA, Adriana. “Posfácio”. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; DIAS, Caio Gonçalves (orgs.). *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Tradições de conhecimento para gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil”. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; DIAS, Caio Gonçalves (orgs.). *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.
- OIT, 2011. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT* (Organização Internacional do Trabalho). Brasília: OIT, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.
- SILVA, Claudia Maria Moreira da. “*Em busca da realidade*”: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 442-464, 2018.